

Crédito e Violência: uma análise da relação teórica entre crédito bancário e a criminalidade no Estado de São Paulo**Credit and Violence: an analysis of the theoretical relationship between credit and crime in the State of São Paulo**

Recebimento dos originais: 15/03/2019

Aceitação para publicação: 02/04/2019

Felipe Adolfo Cappello

Mestrando em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Instituição: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Endereço: Rua Monte Alegre, 984 - Perdizes, São Paulo, SP, CEP 05014-901, Brasil

E-mail: felipeadolfo1983@gmail.com

RESUMO

Este estudo buscou compreender a influência teórica do crédito sobre a variável criminalidade partindo da compreensão que a variável crédito exerce importante influência sobre a capacidade de investimento do Estado. Fazendo uma breve revisão do conteúdo teórico sobre os constructos envolvidos, foi possível compreender que teoricamente as variáveis se relacionam. De acordo com a revisão teórica, foi possível concluir que a variável crédito se relaciona com a variável criminalidade, relação em que o principal moderador é o investimento em bem-estar social.

Palavras Chave: Crédito, Investimento público, Bem-estar social, Criminalidade.

ABSTRACT

This study sought to understand the influence of credit on the variable crime based on the understanding that the variable credit has an important influence on the state's investment capacity in social welfare. By making a brief review of the theoretical content about the involved constructs, it was possible to understand theoretically that the variables are related. According to the theoretical review it was possible to conclude that the credit variable is related to the crime variable, in which the main moderator is the investment in social welfare.

Keywords: Credit, Public investment, Social welfare, Criminality.

1 INTRODUÇÃO

Em Administração, novas fronteiras de pesquisa têm sido procuradas pelos pesquisadores e nesse sentido vertentes tem chamado atenção por buscar relacionar os paradigmas organizacionais com temas de outros campos científicos tais como: engenharia, tecnologia, direito entre outros buscando se deslocar nessa direção para uma das temáticas que tem afetado a vida nacional: a violência nas diferentes formas.

De acordo com o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em seu Anuário de Segurança Pública, 175 pessoas morreram por dia em 2017 vítimas de assassinatos intencionais.

Respostas e soluções na mitigação dessa chaga social tem sido o anseio da população brasileira fazendo com que a atividade científica, que tenha essa estatística como objeto de pesquisa, se transforme em um processo de moderação do desenvolvimento nacional.

Apresentar informações, conclusões e estudos sobre como resolver o reduzir os índices de criminalidades e evitar a sua ocorrência são respostas que todos pretendem ouvir. Nesse sentido, este estudo tem como objetivo endereçar um esforço científico para compreender como o crédito, um elemento central do desenvolvimento econômico e social tanto das empresas como da população, vem a influenciar os indicadores de violência.

Postula-se que o desenvolvimento do poder de compra, da renda, do crédito, do acesso aos serviços financeiros bem como da adequação do custo dos serviços financeiros sejam os principais componentes do desenvolvimento e da vida cotidiana de um país compreendido como uma democracia comercial no século XXI.

Compreende-se que as relações entre as pessoas e seus potenciais financeiros tenham que ser desenvolvidas seguindo ao mínimo entendido o progresso fundamental desse relacionamento. Visitando a literatura depreende-se que o desenvolvimento desse relacionamento pode se dar pela de “desmercantilização das relações”, o que pode ser entendido pelo amadurecimento dos sistemas de regulamentação e das instituições assim como o desenvolvimento do próprio mercado. Por outro lado, assumindo a mercantilização das relações como elemento essencial do desenvolvimento nacional, entende-se que essa construção deverá passar pelo progresso e pela investigação continua de sua incidência a fim de sempre a compreender de elemento privador da própria vida, seja esta entendida como privação absoluta e como privação relativa. O crédito e todas as suas tipificações pode ser entendido como elemento essencial a vida no século XXI.

Em relação ao crédito consultando a teoria, a mesma compreende que em um mercado em que os fornecedores de crédito se encontram mais vulneráveis, ou seja, quando as dificuldades em receber os recursos emprestados aumentam e ocorrem falhas na proteção dos direitos dos credores, os riscos aumentam. Prevendo-se o aumento do risco e acompanhado de mais informações sobre as reais condições de pagamento dos tomadores, espera-se que os credores: a) reduzam os volumes de crédito à disposição do mercado, b)

aumentem as taxas e os custos do crédito e c) aprimorem os controles do processo de seleção de tomadores de crédito. (LA PORTA et al, 1998; STIGLITZ; WEISS, 1991).

Essa restrição dos processos de distribuição do crédito tende a levar o mercado a oscilações no seu desempenho podendo levar a quedas na atividade econômica e no faturamento das empresas o que em consequência resultaria em uma redução na geração de receitas fiscais para Estado. Nos modelos de bem-estar social a capacidade fiscal do Estado é elemento essencial para o atingimento dos seus objetivos, uma crise fiscal afetaria os regimes de bem-estar social provocando sua deterioração.

Em paralelo, estudos revelam a ausência de associação entre a variável dependente violência e as variáveis renda, desemprego e territorialidade, mas indicam a forte associação entre variável dependente e as condições de bem-estar social. Assim investigar as condições de crédito compreendendo seus reflexos nas variáveis de bem-estar social geraria um entendimento sobre seus efeitos no construto da violência.

Em administração de empresas, o campo científico mais próximo são os estudos sobre Responsabilidade Social das empresarial. Os estudos que trabalham vertentes semelhantes são aqueles conectados a investigação sobre a responsabilidade social e ambiental (RSA) das empresas possuem constructos que refletem a importância que as pesquisas em administração têm empreendido para compreender como a atividade empresarial é influenciada e pode influenciar os indicadores sociais.

Porem as pesquisas de RSA não tratam e ou não buscam compreender a temática da violência considerando o efeito da atividade empresarial sobre os índices de violência, as pesquisas buscam evidenciar e compreender o comportamento da organização como moderador da Responsabilidade Social e Ambiental. Estudar o comportamento da organização e sua influência sobre os indicadores de violência representaria importante esforço para elucidar seus efeitos para a comunidade científica e para gestores públicos.

Conforme Vasconcelos, Souza, Rover e Van Bellen (2008) analisando a produção científica dos estudos de RSA sobre como a atividade da administração encontra-se direcionada para a temática ambiental, entre os anos de 2000 e 2006, concluíram que as principais temáticas exploradas pelos pesquisadores tem se relacionado com: Gestão de recursos ambientais, responsabilidade ambiental, modelos de gestão, sustentabilidade ambiental, contabilidade e ou evidenciação ambiental.

De Luca, Cardoso, Vasconcellos e Pontes (2014) apontam que entre as métricas mais utilizadas nas pesquisas sobre sustentabilidade empresarial apresentam que o nível de

evidenciação ambiental é o mais utilizado como elemento base para a realização de pesquisas e que a Teoria dos Stakeholders é o principal arcabouço teórico deste campo de estudos.

Moretti e Campanário (2009) refletem importante anseio dentro dos estudos sobre responsabilidade social empresarial. Para os autores, depois de analisarem a produção acadêmica concluíram que área que se traduz importante conexão entre a empresa e seu meio sofre com a ausência de novas propostas pesquisa, novas linhas de pesquisa, novos constructos. Os autores recomendam que a interdisciplinaridade poderia ser uma das formas de renovar as pesquisas em Responsabilidade Social Empresarial (RSE).

E linha com essa necessidade, no Brasil alguns estudos concluíram que o desenvolvimento do sistema bancário levou ao crescimento econômico conforme apontado por Marque Jr e Porto Jr (2003), Missio e Jayme Jr (2010), Tomazia e Jesus (2013).

Nessa direção, outros estudos desenvolveram a relação entre o desenvolvimento econômico e a criminalidade e demonstraram que a deterioração dos indicadores econômicos poderia levar ao desemprego e conseqüentemente ao aumento dos crimes contra a propriedade.

Entretanto, outras pesquisas, apontam que em regiões onde o ocorrem altos índices de desenvolvimento humano mesmo quando ocorre a deterioração dos indicadores de desenvolvimento econômico tais como níveis de emprego e renda por exemplo não ocorre o um aumento nos índices de criminalidade.

Também por esse lado, a deterioração dos indicadores de bem-estar poderia ser influenciada pelos períodos de crise econômica. Observado que, em tempos de crise a arrecadação do Estado tende a cair e sendo este o detentor da administração do bem-estar social teria menores condições de manter tais serviços, geradores do bem-estar social tais como educação, saúde, habitação, por exemplo. A disponibilidade de crédito varia em tempos de prosperidade e tempos de crise, a literatura indica que em tempos de crise se espera que o crédito público cumpra um papel anticíclico e o crédito privado reduza seus volumes, considerando que os agentes privados têm preferência pela liquidez.

As pesquisas também apontam uma relação positiva entre os indicadores de criminalidade e variáveis como por exemplo o consumo de drogas, conforme apresentado por Beato e Reis (2000); Borges (2009) e Ribeiro e Cano (2016).

Nesse sentido busca compreender como os vários fatores ligados ao mercado de crédito possam refletir em uma redução nos indicadores de criminalidade. Para isso investiga-se esse

objeto de pesquisa considerando ser possível hipotetizar que o acesso ao crédito e ao desenvolvimento econômico possam ser compreendidos como mecanismo de redução das desigualdades econômicas e sociais, como mecanismo de melhoria dos sistemas de bem-estar da população provocando uma redução nos índices de criminalidade.

Nesse sentido procede-se a pergunta de pesquisa: **Como o crédito bancário se relaciona com os conceitos teóricos e pesquisas que investigam a criminalidade no Estado de São Paulo?**

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 OS ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA E VARIÁVEIS NÃO EXPLICATIVAS

Como será abordado nos próximos subtítulos desse trabalho as teorias que procuram explicar a violência foram desenvolvidas em diferentes épocas da história e em diferentes países. Por meio de uma pesquisa qualitativa identificou-se que importantes teorias explicativas tais como Becker (1968), Dollard (1939) entre outros foram desenvolvidas no pós segunda guerra mundial e tinham como elementos teóricos fundamentais a hipótese a teoria da ação racional, o que, em outras palavras significa dizer que a atitude humana possui uma condição majoritária a razão para ser realizada. Em sociologia muitos estudos fizeram uso desse contexto teórico buscando explicar a relação entre a razão e a atitude criminosa e tiveram como resultado o constructo teórico da “Economia do Crime”.

Esse constructo, em resumo, entende que um indivíduo apenas pratica o ato criminoso quando que percebe que os ganhos da atividade criminosa serão maiores que as penalidade que irá sofrer e o risco de seu delito praticado ser a ele imputado. Entretanto indivíduo não pratica seus atos apenas considerando a razão, o fenômeno de compreensão do indivíduo é mais complexo sendo necessário analisar o fenômeno, buscando a sua completude, em que o indivíduo está inserido.

A compreensão da violência, por esse sentido, possui um arcabouço teórico vasto e com extenso desenvolvimento da atividade de pesquisa no Brasil. Os autores do campo assim como em outras áreas de pesquisa científica no Brasil relatam que a ausência de dados e elementos que contribuam para atividade da ciência ainda são escassos e isso limita a capacidade de compreensão do fenômeno no Brasil.

Os constructos da *pobreza* e do *emprego* foram amplamente explorados e afastados como elementos causais no debate sobre a violência e não serão usados neste estudo porque são compreendidos pela literatura deste campo científico como variáveis intervenientes e ou

o único consenso sobre a ação dessas variáveis sobre a criminalidade é a dúvida. Para ampliar o poder de explicação nos estudos os autores recomendam a utilização de variáveis que expliquem a condição de bem-estar social da população. Este estudo aplica esta recomendação.

É possível compreender por meio dos dados do Banco Central, que o crédito pessoal, ao longo da última década, obteve uma expansão ao longo da última década assim como o relacionamento bancário.

2.2 REFERENCIAL TEÓRICO ACERCA DO CRÉDITO

2.2.1 Breve histórico sobre o Crédito no Brasil.

A história do mercado brasileiro de crédito ainda é um campo de estudos a ser desenvolvido, seja devido à ausência de dados e series históricas seja pela compreensão de seus fenômenos históricos.

Do início do século XX até 1950 as empresas bancárias não operavam ou operavam de maneira muito escassa e ou específica o crédito a longo prazo. Em 1945 com a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC) pelo Decreto Lei n 7293 permitiu o desenvolvimento de operações mais sofisticadas que possibilitaram o desenvolvimento do sistema financeiro nacional e consequência o desenvolvimento econômico.

Com a estruturação da indústria de base e o nascimento da indústria de bens de consumo duráveis e não duráveis houve necessidade da criação de elementos que contribuíssem para o amadurecimento das relações financeiras entre empresas e entre consumidores e empresas. Além da necessidade de criação a regulamentação havia a necessidade de mais controle e fiscalização da atividade financeira com a finalidade que o SFN brasileiro se desenvolvesse não propagando risco.

Nesse sentido, os governos militares tomaram iniciativas robustas e pioneiras em relação ao passado do SFN brasileiro criando o PAEG – Plano de Ação Econômica do Governo, no qual estavam a Reforma Bancária (Lei n 4595 de 31 de dezembro de 1964) e a Reforma do Mercado de Capitais (Lei n 4728 de 14 de Julho de 1965). No início da década de 1960 quando o surgimento das letras de câmbio contribuiu para a instauração dos primeiros mecanismos de garantias as sociedades de crédito.

As alterações advindas dessa reforma possibilitaram o surgimento dos Bancos de Investimento de natureza privada permitindo que estes desenvolvessem atividades crédito, entre eles financiamentos de médio e de longo prazo. Também, nessa mesma reforma, foi

criado o Sistema Especial de Mobilização de Poupanças. Esse sistema tinha como fonte de abastecimento os recursos vindos da comercialização das Obrigações Reajustáveis do Tesouro (ORTN), a compra e vendas desses títulos era administrada pelas instituições financeiras. Com a comercialização das ORTN feitas pelas empresas bancárias, o sistema financeiro nacional captava esses recursos e destinava os mesmos para o financiamento do capital de giro das empresas e para o financiamento das operações de crédito de bens duráveis ao consumidor.

Outro elemento marco na história do sistema financeiro nacional foi a criação do Sistema de Financiamento da Habitação (Lei n 4380 de 21 de Agosto de 1964) o que permitiu desenvolver atividades financeiras relacionadas ao financiamento imobiliário.

Em suma, os tipos de empresa bancárias com estas reformas regulamentadas passavam agora a ser: bancos comerciais, bancos de investimento, sociedades de crédito de financiamento e investimento e sociedades de crédito imobiliário. Outro importante campo de estudos que se relaciona com o objeto de pesquisa deste estudo e ao mesmo tempo se relaciona com o desenvolvimento é o crédito rural. A violência no campo pode ser compreendida a partir de como o crédito rural se desenvolveu quando considerado que cidades e sistemas produtivos de várias culturas agrícolas que no Brasil foram desenvolvidos a partir do desenvolvimento do crédito rural.

2.3 BREVE DISCUSSÃO SOBRE O CRÉDITO RURAL

Ao mesmo tempo, as reformas criaram o Sistema Nacional de Financiamento a Habitação criaram também o Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR). Esse sistema, no seu início tinha o Estado com seu principal financiador fazendo uso de taxas subsidiadas como um mecanismo indutor do desenvolvimento do agronegócio brasileiro. Com a sua expansão na década de 70, o SNCR passou a impulsionar todas as atividades da cadeia de abastecimento no meio rural: a indústria de fertilizantes, a construção civil e o nascimento de cidades no interior das unidades federativas do Brasil (interiorização), empresas de logística e armazenagem, empresas de pesquisas agrícolas, maquinário e tecnologia agrícola, seguro agrícola e a formação da agroindústria nacional que acabou impulsionando tanto o crescimento do valor agregado daquilo que era produzido quanto o crescimento do emprego no meio rural. (RAMOS e JUNIOR, 2010)

Em 1980, de acordo com Ramos e Junior (2010) a crise financeira do estado, tido como o grande financiador do sistema, levou a uma alteração na forma como sistema nacional de

crédito rural (SNCR) se abastecia. A partir de uma medida semelhante a estratégia de financiamento adotada com a Obrigação Reajustáveis do Tesouro Nacional (ORTN) entretanto com um diferença ao invés do Tesouro, a resolução que criou o SNCR determinava que 10% dos depósitos bancários efetuados no Brasil fossem destinados a crédito agrícola com taxa subsidiada e em paralelo a isso os bancos oficiais do governo passaram a aplicar os resultados desses empréstimos em uma poupança, a poupança rural, criada para no médio e longo prazo se tornar a fornecedora desse crédito nesse sistema de financiamento da produção agrícola nacional. (BRASIL, 2004)

Essa alteração ocorreu considerando o cenário macroeconômico nacional e a influência dos choques do petróleo sobre a economia nacional que levou Estado brasileiro a uma crise orçamentaria resultando em uma alteração de posicionamento, reduzindo sua presença como maior financiador do sistema e transferindo essa postura para os agentes privados. A reorganização desse sistema foi influenciada pelas altas taxas de inflação e isso impulsionou a busca por fontes de financiamento não inflacionarias.

Esse comportamento de alteração dos mecanismos é compreendido por meio do processo de sofisticação dos tipos de contratos de financiamento existentes no mercado de crédito rural. Nesse sentido para Almeida e Zylbersztajn (2008) o mercado de crédito a partir da década de 1980 foi transformado por um comportamento de reestruturação das relações entre os agentes tomadores e os agentes credores. Segundo os autores os tomadores de crédito nesse período buscaram um fluxo financeiro contínuo com o objetivo de abastecer financeiramente as operações nos períodos de entressafra isso fez com que o mercado se readequasse escolhendo dois mecanismos: os Contratos a Termo e um título de dívida conhecido com Cédula de Produto Rural, esta segunda resultante de um processo de securitização das dívidas rurais.

Todo este processo demonstra que o mercado de crédito rural se comportou buscando uma solução para estes choques de desabastecimento de recursos provocados pela saída do Estado enquanto principal financiador da produção. Este estudo compreende que ocorre uma possibilidade de deterioração das condições de bem-estar social no meio rural consequência desse processo de reestruturação de mercado.

De acordo com Herman (2010), a década de 1990 e o começo da década de 2000 consolidam as políticas de liberalização financeira promovendo uma menor presença do estado sobre a atividade econômica e de crédito. Isso teria sido consequência de uma inversão de política em relação ao período anterior; 1950-1970, período conhecido pelos

seus críticos como “*políticas de repressão financeira*” entendendo que seus mecanismos impediam o crescimento e desenvolvimento do mercado de crédito no Brasil. Entre os mecanismos da política financeira do período de 1950 a 1970 taxada como “*políticas de repressão financeira*” encontravam-se: a existência de um teto para as taxas de juros ao cliente final e a empresa, direcionamento do crédito para setores prioritários da economia, limitação a atuação financeira das instituições bancárias com o objetivo de reduzir o risco levavam a distorção de preços e ao baixo desenvolvimento do setor financeiro.

Nesse sentido a política de liberação financeira se embasava em: a) retirada dos controles legais sobre a atividade financeira no que tange as taxas de juros, sobre odirecionamento do crédito e a introdução do novo modelo de empresa bancária, b) a internacionalização do mercado bancário com a vinda de empresas estrangeiras para o Brasil quanto a possibilidade de operações de alavancagem no mercado internacional de crédito e c) com objetivo de assegurar a estabilidade do orçamento público a realização de privatizações e de ajuste fiscal assim como o controle de preços.

Como consequências desse afastamento esperava-se o desenvolvimento e a expansão dos volumes do mercado privado de crédito, tanto de longo prazo quanto de curto prazo, a diversificação do mercado de crédito e o aumento da variedade de ativos e a sofisticação das instituições financeiras.

A política de liberação financeira acabou impulsionando a convergência entre a necessidade de rendimentos por parte da iniciativa privada - consequência das condições da economia no período - e a necessidade de capitalização do mercado de capitais no Brasil, estes dois associados a aproximação das normas contábeis nacionais com as internacionais resultaram em um processo de ampliação do mercado de capitais brasileiro assim como de crescimento do comportamento de ganhos financeiros por parte da iniciativa privada.

E levou a baixa expansão do crédito de longo prazo associados ao movimento foi um comportamento da política econômica financeira mais comprometido com as condições macroeconômicas do que com o desenvolvimento financeiro e econômico.

2.2.3 Sobre o Microcrédito

Na década de 2000 outro importante elemento na história do crédito se relaciona com o desenvolvimento do bem-estar social e com as condições de violência é o microcrédito. Esta modalidade de crédito é compreendida como sendo pequenas somas de capital ofertadas para um público que possui baixa ou a total ausência de oferecer garantias para realizar o

pagamento. Existem dois tipos de microcrédito: para consumo e para a produção. (BARONE e SADER, 2008)

Com a estabilização da moeda a partir de 1994 e o ajuste cambial em 1997, na década de 2000 foi regulamentada por meio da Lei 10.735 de 2003 que regulamentava a bancarização da população de baixa renda e obrigava que 2% dos depósitos compulsórios à vista fossem destinados para a concessão de crédito nesse público. (BARONE e SADER, 2008)

A regulamentação também buscou organizar o modelo de concessão, o prazo de pagamento bem como as taxas de juros fixas dessa modalidade de crédito. Para o modelo de concessão foi requerido que ocorresse uma avaliação socio econômica dos tomadores o que não ocorreu devido à ausência de *know-how* nas empresas bancárias. Como consequência ocorreu uma queda nos volumes de microcrédito ofertados no país. (BARONE e SADER, 2008)

Em uma tentativa de fazer avançar a oferta de microcrédito no Brasil, a regulamentação número 11.110 de 2005 criou e regulamentou as operações de microcrédito no Brasil permitindo também que os recursos destinados para microcrédito produtivo fossem captados no Fundo de Aval para a Geração de Emprego e Renda (FUNPROGER). O objetivo seria expandir a oferta de microcrédito e alimentar uma evolução da produção do pequeno empreendedor permitindo que o mesmo, com a captação desses recursos gerasse renda e dinamização de seus negócios tendo como consequência sua inclusão social. Entretanto a forte regulamentação fez com o mercado de microcrédito produtivo não expandisse o que como consequência deu manutenção nas condições do pequeno produtor levando o mercado do microcrédito a se consolidar com comercialização do crédito consignado e com o crédito de curto prazo. (BARONE e SADER, 2008)

Os autores concluem que o desenvolvimento do microcrédito deve estar associado a políticas públicas que criem condições de integração dos tomadores de crédito aos sistemas de produção. Outro elemento importante é condição da escolaridade, os pesquisadores apontam que baixa escolaridade influencia a capacidade de sofisticação e expansão dos tomadores de crédito o que impede a ocorrência do crescimento produtivo destes. A ausência de articulação entre políticas das esferas federal, estadual e municipal também pode produzir a ineficácia das consequências dos programas de microcrédito. (BARONE e SADER, 2008)

Carvalho et al (2009) estudando as organizações de microcrédito verificaram que a problemática do sucesso dos programas de microcrédito encontra-se também na condição de

mecanismos de viabilidade financeira para que as organizações públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, ofertantes desses serviços possam cumprir seu objetivo organização. Os autores encontram que devido à ausência de regulamentação que assegure a viabilidade operacional dessas empresas, as organizações estão se orientando para objetivos de mercado diferentes dos objetivos do programa de microcrédito buscando rentabilizar suas operações por meio de escalabilidade, eficiência operacional.

3 REFERENCIAL TEÓRICO SOBRE A VIOLÊNCIA

3.1 TEORIAS RELEVANTES SOBRE A VIOLÊNCIA

A consulta a produção científica permitiu compreender que três teorias são usadas para explicar a violência: a “*teoria da recompensa da atividade ilegal*”, a “*teoria da frustração-agressão*”, a “*teoria dos valores hegemônicos*” e a “*teoria do impedimento ao mercado de trabalho*” e demais trabalhos considerados pioneiros para os estudos sobre a criminalidade. Cabe ressaltar que os nomes das teorias foram inseridos de modo figurado pelo autor deste trabalho com o objetivo de facilitar a leitura e a interpretação do texto e que não possuem relação com os respectivos autores ou pesquisadores e suas teorias.

Nesse sentido o crime pode ser entendido por meio da “*teoria da recompensa da atividade ilegal*”, ou seja, quando os ganhos e vantagens obtidos pela atividade criminosa são superiores aos ganhos e vantagens obtidos pela atividade legal a atividade criminosa passa a ser interessante ao praticante da mesma. Observando essa relação os elementos de punição tais com multas e encarceramento são elementos inibidores da atividade criminosa. (BECKER, 1968)

Nesse sentido compreende-se que os elementos que compõem a dinâmica do crédito tais como: custo, acesso ao crédito, volume de crédito para investimentos empresariais, estão relacionados seguinte forma.

Em um outro entendimento, ocorre a “*teoria da frustração-agressão*” a qual compreende que em sociedades mais desiguais a coesão tende a se deteriorar e os mecanismo de mobilidade social passam a não ser acessados pelos indivíduos menos favorecidos a partir dessa situação a frustração desses indivíduos tende a aumentar a prática da agressão e conseqüentemente a violência. (DOLLARD et al., 1939)

Em um entendimento mais amplo sobre a relação entre o processo de desenvolvimento econômico, de integração e de marginalização dos indivíduos, “*a teoria dos valores morais hegemônicos*” busca afastar-se do entendimento de que o indivíduo é o gerador da atividade

criminosa compreende-se que é necessário investigar a preponderância do meio e ou contexto social e moral em que o indivíduo está inserido. Essa compreensão assume a existência de uma moral de indivíduos colocada posta como valores morais e imputados a todos os participantes da população, assim, o baixo nível de adesão ou integração a esses valores levaria o indivíduo a prática do crime.

Porém é importante ressaltar que pela “*teoria dos valores morais hegemônicos*” os meios de socialização podem não estar igualmente acessíveis a todos os indivíduos e os valores morais imputados a todos os participantes nem sempre seriam universais e aceitos o que geraria atitude de ruptura e está poderia ser compreendida como atividade delinvente. (DURKHEIN, 1978; KRAUT 1976)

Para Ehlrich (1973), a violência pode conter um caráter cíclico e contínuo. Segundo o autor este problema ocorre porque a sociedade e o mercado constroem barreiras sociais e econômicas para os praticantes da ação criminosa impedindo estes de se inserem no mercado de trabalho após uma atividade criminosa. Por consequência o indivíduo é coagido a praticar novamente um crime para sobreviver o que perpetua o indicador de violência dentro de uma região. Estudando a criminalidade nos Estados Unidos os autores identificaram que o desemprego está associado positivamente com a criminalidade assim como a desigualdade de renda. Pesquisando a variação do delito de acordo com as oportunidades disponíveis e a educação disponíveis aos praticantes do delito o autor percebeu que quanto menor era a formação e menores eram as oportunidades de trabalho maiores eram as taxas de criminalidade. Isso sugere que o investimento em educação, bem-estar social e crédito empresarial são variáveis que podem estar associadas negativamente a prática de delitos.

3.2 ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA NO BRASIL

No Brasil, os estudos híbridos (qualitativos e quantitativos) sobre criminalidade avaliaram as possibilidades propostas correntes pioneiras baseadas na teoria da ação racional sobre a criminalidade associando: a desigualdade de renda, o desemprego, o grau de escolaridade, os gastos com segurança pública, com o Produto Interno Bruto (nacional e estadual), adensamento populacional entre outros, buscando consolidar conclusões sobre a criminalidade. Outros estudos desenvolveram investigações apenas qualitativas e conseguiram sugerir a limitação da teoria da ação racional para explicar a criminalidade.

Gomes e Paz (2004) pesquisaram a chance de uma pessoa ser vítima da criminalidade usando uma base de dados sobre 37 milhões de habitantes do Estado de São Paulo, contendo

características de estilo de vida tais como: idade, renda, escolaridade, estado civil, existência de planos de saúde privado, tempo de residência no endereço, residir em ruas com iluminação pública, entre outros fatores. Os autores obtiveram como conclusões que a chance de uma pessoa ser vítima de roubo ou furto é maior ocorrência para os homens com maior escolaridade, possuidores de maior renda e é de baixa ocorrência para as mulheres não viúvas com baixa escolaridade.

Em relação a tempo de residência no mesmo endereço e “residir em ruas com iluminação pública” a possibilidade de uma pessoa se tornar vítima de um delito reduz quando o tempo de moradia aumenta. Os testes dos autores demonstraram que “residir em ruas com iluminação pública” reduz as chances de ser vítima de roubo ou furto, quando se insere a variável tempo de moradia no mesmo endereço, a chance de ser vítima se mantém baixa mesmo quando considerado “residir em ruas sem iluminação pública”. (GOMES E PAZ, 2004)

Isso pode sugerir que a atividade criminosa se especializa, buscando uma estratégia e um objetivo de execução previamente definidos, e não realiza ações onde potencialmente poderão se tornar conhecidos, o que acaba refletindo a forte relação negativa que existe entre os valores morais e a prática do delito. Por outro lado, a especialização da atividade criminosa também pode estar associada com as conclusões de Ehrlich (1973) as quais entendem que o praticante do delito tende a reproduzir a atividade criminosa quando não consegue se inserir no mercado de trabalho. Nesse sentido, são recomendados os investimentos em políticas públicas de reintegração social, que podem ser medidas pelas despesas públicas em bem-estar social.

Para Cerqueira e Lobão (2004), a desigualdade de renda e o adensamento populacional se relacionam com a criminalidade. Para os autores, ambos os elementos somados descritos anteriormente somados a política de segurança pública inadequada ao enfrentamento desse problema social é ineficaz para reduzir a ocorrência de delitos. O aumento dos gastos com segurança pública não se traduz na redução do número de homicídios nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. (CERQUEIRA E LOBÃO, 2004)

Kume (2004) aplicando em sua investigação um painel dinâmico permitiu compreender o comportamento de grupo maior de variáveis e sua influência sobre a violência, entre os vários períodos analisados entre os anos de 1984 e 1998, no Brasil. Segundo o pesquisador, investigando: o Produto Interno Bruto (PIB) racionalizados pelo número de famílias, o nível de escolaridade, a urbanização e o crescimento da atividade econômica também calculado

pela variação do PIB se associaram negativamente com a criminalidade enquanto que desigualdade de renda se associou positivamente. Essas informações podem sugerir que a ausência de oportunidades de trabalho está associada ao baixo investimento em educação e bem-estar social, podendo resultar no aumento da criminalidade, corroborando o modelo teórico. (KUME, 2004)

Oliveira (2005), em um estudo com dados municipais, investigando a relevância das variáveis desigualdade de renda e formação escolar concluiu que quando ocorre o aumento da desigualdade de renda, ocorre o aumento da criminalidade. Entretanto a formação escolar não se relacionou com a quedas nos índices de criminalidade, de acordo com as conclusões do autor isso pode sugerir que o fato de uma pessoa estudar o ensino fundamental e no ensino médio pode não estar sendo suficiente para que seu ingresso no mercado de trabalho venha ocorrer. A estrutura da família também é relevante para explicar a violência. Segundo o pesquisador, os valores morais transmitidos pela família para o indivíduo aumentam os “custos morais” da prática do crime. Nesse sentido, é possível sugerir que a instabilidade na estrutura familiar potencializa a prática do crime, o que corrobora o argumento de que o investimento em políticas públicas de planejamento familiar pode contribuir para a redução dos índices de criminalidade. (OLIVEIRA, 2005)

Santos e Kassouf (2008) realizam uma revisão teórica dos temas pesquisados sobre a criminalidade e a relação desta com as variáveis discutidas neste trabalho. Os autores realizaram, por meio desse trabalho, excelente contribuição para organizar as pesquisas existentes sobre o tema, demonstrando como as conclusões destas se integram. Outra contribuição realizada por Santos e Kassouf (2008) é a de que a teoria econômica possui forte poder explicativo para o constructo da criminalidade e que uma agenda de pesquisas para o campo científico pode ser dividida em: reincidência criminal, ciclo de vida do criminoso buscando a abordar o conceito da integração social e pesquisas que busquem compreender as causas de “subregistro” dos crimes, quando observado que esse último fenômeno, por meio de uma abordagem econômica, contribuiria para aumentar o entendimento sobre a eficácia da prevenção da criminalidade. (SANTOS E KASSOUF, 2008)

Batella, Diniz e Teixeira (2008) desenvolveram um estudo com o objetivo de analisar a variação dos tipos delitos no Estado de Minas Gerais. A investigação buscou qualificar e distribuir as cidades em porte: pequena, média e grande considerando a concentração de habitantes; população economicamente ativa, índice de gini, taxa de alfabetização, percentual população jovem (entre 20 e 29 anos) em relação a total de habitantes e

população total. Observando a variável taxa de alfabetização, a mesma se relacionou significativamente com os crimes tidos como violentos, ou seja, quando maior a taxa de alfabetização menor é a incidência de crimes violentos. A mesma variável não se demonstrou estatisticamente significativa com os crimes contra o patrimônio. (BATELLA, DINIZ E TEIXEIRA; 2008)

Essas conclusões, de acordo com a fundamentação teórica deste estudo, podem sugerir que: considerando a interpretação conjunta da queda homogênea dos crimes violentos em todas as cidades do Estado de Minas Gerais e o crescimento dos crimes contra o patrimônio vem a demonstrar a possibilidade de uma inexistência ou ineficácia das políticas de reintegração do praticante do delito no mercado de trabalho o que levaria a sofisticação da atividade criminosa, observado que o praticante do delito tende sobreviver do crime.

Batella e Diniz (2010) realizam a experiência investigativa que Batella, Diniz e Teixeira (2008) ampliando as variáveis dos estudos. Aumentando o número de variáveis utilizadas no estudo, para educação, por exemplo foram utilizados, além da taxa de alfabetização: taxa bruta de frequência escolar, percentual de pessoas de 15 anos ou mais analfabetas e para acompanhar essa medida o estudo inseriu a variável Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). O estudo concluiu que a variável mais forte associada ao crescimento da violência é a aglomeração populacional o que sugere que em cidades maiores o controle social que o governo exerce sobre a população diminui (esta já é uma conclusão consolidada pelos pesquisadores do campo de estudos da violência no Brasil), a segunda variável associada com a violência é a educação. (BATELLA E DINIZ, 2010)

Em seu modelo teórico, os autores postulam que a educação está associada negativamente em relação a prática do delito de duas formas: a forma direta está relacionada que indivíduos com baixa escolaridade tendem a ser menos diplomáticos e a resolverem desentendimentos pessoais com violência física e a forma indireta está relacionada ao baixo nível de educação criar dificuldades para o indivíduo acessar o mercado de trabalho, compreendendo que o mercado de trabalho requer a qualificação como prerrogativa para ocupação das vagas disponíveis.

Os resultados, mesmo apresentando a não significância para a desigualdade de renda ainda mostram que a educação está fortemente associada com os crimes contra o patrimônio e contra a pessoa, mais fortemente relacionadas com o primeiro do que o segundo respectivamente. Em paralelo, o índice e desenvolvimento humano possui o mesmo comportamento (BATELLA E DINIZ, 2010). Isso sugere que o efeito das políticas públicas

pode ser positivo para crimes contra pessoa, mas não tão eficaz como para crimes contra o patrimônio.

Nesse entendimento é possível inferir a importância do bem-estar social para os indivíduos da população. Reis e Ventura (2015) indicam que os indicadores de bem estar social tais como educação e saúde são elementos que estão positivamente associadas a melhoria dos indicadores de inclusão financeira o que nos permite pressupor que quanto maior for a expansão do crédito, quanto maior o acesso ao crédito e quanto menores os seus custos ocorrerá uma melhora nos indicadores de bem estar social podendo então levar a queda nos índices de criminalidade.

Reis e Ventura (2015) investigando os índices de inclusão financeira no Nordeste Brasileiro concluíram que existe relação positiva entre inclusão financeira e o crescimento dos indicadores de bem-estar social tais como renda, educação, emprego e saúde.

A violência se relaciona com o desenvolvimento produtivo econômico e social sendo este relacionamento complexo de ser analisado e como relatado em estudos anteriores, os objetivos de pesquisa passam a superar as dificuldades da complexidade do tema quando a unidade de análise encontra-se bem definidas.

Nesse sentido, as variáveis como: custo do crédito para pessoa física e pessoa jurídica nas suas diversas modalidades são moderadores do aumento da criminalidade. Assume-se que o aumento das taxas de juros leva a redução do consumo do crédito e uma redução ao acesso ao mesmo provocando uma tendência de desaceleração do consumo e conseqüente redução da arrecadação fiscal o que gera uma deterioração das condições de bem-estar social gerando um aumento na violência.

3.3 BEM-ESTAR SOCIAL, PROTEÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA

O estado bem-estar social pode ser definido como um conjunto de iniciativas diretas e indiretas, por meio de políticas públicas, tomadas pela administração dos estados-nação com o objetivo de entregar a população um grupo de serviços ligados as áreas de saúde, educação, moradia, segurança, trabalho, transporte e previdência. Lobato (2016) realiza uma análise histórica do comportamento dos regimes de bem-estar social no Brasil, classificando os em 3 períodos, propondo uma visão para um quarto período.

De acordo com a autora, o primeiro regime é datado após as duas grandes guerras mundiais na qual tanto o Brasil e a América Latina formavam sua inserção na divisão internacional do trabalho por meio da substituição de importações.

Neste período o fundamental seria que os regimes de bem-estar social se especificaram por meio de políticas públicas nos o objetivo seria o emprego pleno com foco nas camadas de renda mais baixa das populações. O segundo período ocorre com esgotamento da capacidade fiscal dos estados de darem manutenção a esses sistemas associados as condições macroeconômicas e a substantiva alteração na orientação das políticas públicas formuladoras: saindo de uma pauta de proteção social para uma pauta avaliada como neoliberal, ou seja, o que no Brasil foi aplicado como a universalização dos sistemas de atendimento, ocorrido nas décadas de 1980 e 1990.

O terceiro período possui um modelo denominado como neodesenvolvimentista o qual priorizava o aumento do consumo e tinha como fundamento o sucesso da política industrial e do desenvolvimento do mercado como forma de fazer a renda circular pelas classes sociais. Somado a esse processo o terceiro período foi o qual ocorreram as ações de enfrentamento direto da pobreza, quando a mesma é inserida na formulação das políticas públicas e é realizada uma ampliação das políticas públicas de aumento da cobertura dos sistemas de educação, saúde, previdência social.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

4.1 MÉTODO

Esta pesquisa é classificada como pesquisa qualitativa caracterizada como longitudinal fazendo uso de pesquisa bibliográfica e telematizada. (VERGARA, 2016) Com o objetivo de construir a apresentação do conceito analisado realizou-se a busca nas bases de divulgação do conhecimento científico: Web of Knowledge, Google Scholar e na base Scientific Periodicals Electronic Library (SPELL). Fazendo a investigação com as palavras chave orientada a encontrar esses vocábulos nos campos do título, do resumo e nas palavras chave.

Buscou-se realizar esta investigação fundamentando se no estudo criterioso do conhecimento, busca-se a reflexão acerca saber, buscando organizar o conhecimento e compreender como este se constrói, como este se desenvolve e como os seus resultados intelectuais funcionam. (JAPIASSU, 1991, pág. 15 e 16).

4.2 MODELO TEÓRICO

De modo a considerar a criminalidade, admite-se que o volume de crédito (c) tende a influenciar a arrecadação fiscal (r), ou seja, considera-se razoável que a queda nos volumes

de crédito disponíveis no mercado influenciem negativamente a atividade econômica levando resultando em uma queda na arrecadação fiscal o que impacta na capacidade de investimento do estado. Em segundo, admite-se que a redução da arrecadação tende a influenciar negativamente os investimentos em bem-estar social (i). Em terceiro de acordo com a literatura apresentada compreende-se razoável afirmar que uma redução no investimento em bem-estar social leva a um aumento nos indicadores de violência (v).

A pesquisa teórica nos permite sugerir que quanto maior for a expansão do crédito, quanto maior o acesso ao crédito, e quanto menores os seus custos, maior será a função consumo e conseqüentemente maior será a atividade econômica impactando no crescimento da arrecadação fiscal. Espera-se, observando a legalidade, que o aumento da arrecadação fiscal leve ao aumento dos investimentos em bem-estar social e a melhoria desses indicadores levarão uma queda nos índices de criminalidade. Por outro, lado, a baixa associação entre o crescimento da arrecadação fiscal e os investimentos em bem-estar social, acompanhado do aumento das políticas classificadas como inadequadas pela base teórica, espera-se que a ocorrência de crimes contra o patrimônio obtenham um crescimento em regiões em que o crédito esteja restrito e não cresça onde crédito não esteja restrito, mesmo em períodos de recessão econômica indicadas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fica relevante expor que as pesquisas sobre criminalidade no Brasil encontram-se no mesmo comportamento que o âmbito internacional: pendulando entre o debate policial e o social, comportamento científico que pode possibilitar a heurística negativa quando os paradigmas associados as variáveis discutidas tendem a ser exploradas buscando aplicar todos os métodos esgotando o comportamento da variável dependente a criminalidade. Nesse sentido, inserção de novas variáveis no campo de estudos a inserção de outros elementos como moderadores tais como a variável crédito poderão contribuir para a expansão das pesquisas do campo.

Como limitação fica constatado que a construção de um modelo teórico permite inferir sobre as variáveis não possibilitando o acesso as verificações empíricas. Sugere-se como agenda de pesquisa a inserção e outros conceitos relacionados ao crédito bancário tais como: restrição financeira, crédito empresarial para investimento e demais formas de crédito que permitam compreender a influência do consumo e do acesso a renda e ao bem-estar social como forma de reduzir os indicadores de criminalidade.

Como sugestão, é indicado que sejam aplicados na investigação científica outros conceitos ligados a condição de estar social e empoderamento da população tais como: numero de mulheres em posições de destaque no mercado de trabalho, diversidade nos quadros corporativos das empresas pertencentes nas regiões estudadas.

REFERÊNCIAS

Bacha, C. J. C., Danelon, L., & BEL FILHO, E. D. (2006). **Evolução da taxa de juros real do crédito rural no Brasil: período de 1985 a 2003.** *Teoria e Evidência Econômica*, 14(26). Disponível em: http://cepeac.upf.br/download/rev_n26_2006_art2.pdf . Acessado dia 15 de Março de 2019.

Barone, F. M., & Sader, E. (2008). **Acesso ao crédito no Brasil: evolução e perspectivas.** *Revista de Administração Pública*, 42(6), 1249-1267. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rap/v42n6/12.pdf> . Acessado em 14 de Março de 2019.

Becker, G. S. (1968). **Crime and punishment: An economic approach.** In *The economic dimensions of crime* (pp. 13-68). Palgrave Macmillan, London. Disponível em: https://link.springer.com/chapter/10.1007/978-1-349-62853-7_2. Acessado em 14 de Janeiro de 2019.

Becker, K. L., & Kassouf, A. L. (2017). **Uma análise do efeito dos gastos públicos em educação sobre a criminalidade no Brasil.** *Economia e Sociedade*, 26(1), 215-242. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v26n1/1982-3533-ecos-26-01-00215.pdf> Acessado em: 15 de Março de 2019.

Busch, S. E., & Ribeiro, H. (2009). **Responsabilidade socioambiental empresarial: revisão da literatura sobre conceitos.** INTERFACEHS-Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente. Disponível em: http://www3.sp.senac.br/hotsites/blogs/InterfacEHS/wp-content/uploads/2013/08/1_ARTIGO_vol4n2.pdf . Acessado em 30 de Fevereiro de 2019.

Carvalho, D. M., Araújo, E. A., Salazar, G. T., & Ferreira, R. N. (2009). **Ênfase dos programas de microcrédito em sustentabilidade e viabilidade financeira: distanciamento do objetivo social de combate à pobreza.** In Congresso da sociedade brasileira de economia, administração e sociologia rural–sober (Vol. 47). Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/196.pdf> . Acessado em 30 de Fevereiro de 2019

do Amaral Moretti, S. L., & de Abreu Campanario, M. (2009). **A produção intelectual brasileira em responsabilidade social empresarial-RSE sob a ótica da bibliométrica.** *Revista de Administração Contemporânea*, 13(spe), 68-86. Disponível em: <https://rac.anpad.org.br/index.php/rac/article/view/717> . Acessado em 16 de Fevereiro de 2019.

do Brasil, B., & de Agronegócios, D. (2004). **Evolução histórica do crédito rural.** *Revista de Política Agrícola*, 13(4), 4-17. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/viewFile/587/pdf> acessado em: 15 de Março de 2019.

Dollard, J., Miller, N. E., Doob, L. W., Mowrer, O. H., & Sears, R. R. (1939). **Frustration and aggression.** Disponível em: <https://psycnet.apa.org/record/2004-16227-000> acessado em 14 de Fevereiro de 2019.

Ehrlich, I. (1973). **Participation in illegitimate activities: A theoretical and empirical investigation.** *Journal of Political Economy*, 81(3):526–536. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/260058> acessado em 14 de Fevereiro de 2019.

Gomes, F. A. R. & Paz, L. S. (2004). **The determinants of criminal victimization in São Paulo State.** Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6357763.pdf> acessado em 20 de Fevereiro de 2019.

Hermann, J. (2010). **Liberalização e desenvolvimento financeiro: lições da experiência brasileira no período 1990-2006.** *Economia e Sociedade*, 19(2), 257-290. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ecos/v19n2/a03v19n2.pdf> acessado em 20 Fevereiro de 2019.

Kume, L. (2004). **Uma estimativa dos determinantes da taxa de criminalidade brasileira: Uma aplicação em painel dinâmico**. In XXIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, João Pessoa. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6357814.pdf> acessado em 16 de Março de 2019.

Merton, R. K. (1938). **Social structure and anomie**. *American sociological review*, 3(5), 672-682. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2084686> acessado em 14 de Fevereiro de 2019.

Missio, F. J., Jayme Jr, F. G., & de Oliveira, A. M. H. C. **Desenvolvimento financeiro e crescimento econômico: teoria e evidência empírica para as unidades federativas do brasil (1995-2004)**. *Análise Econômica*, 33(63). Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/6297175.pdf> acessado em 15 de Março de 2019.

Oliveira, C. A. (2005). **Criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras: Um enfoque da economia do crime**. In XXXIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC, Natal. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Cristiano_Oliveira10/publication/4982951_Criminalidade_e_o_tamanho_das_cidades_brasileiras_Um_enfoque_da_Economia_do_Crime/links/577a85c908aece6c20fbd44d/Criminalidade-e-o-tamanho-das-cidades-brasileiras-Um-enfoque-da-Economia-do-Crime.pdf acessado em 7 de Março de 2019.

Porta, R. L., Lopez-de-Silanes, F., Shleifer, A., & Vishny, R. W. (1998). **Law and finance**. *Journal of political economy*, 106(6), 1113-1155. Disponível em: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/250042> acessado em 14 de Fevereiro de 2019.

Reis, I. A., & BEATO, C. (2000). **Desigualdade, desenvolvimento socioeconômico e crime. Desigualdade e pobreza no Brasil**. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Claudio_Beato/publication/267220653_-_Introducao_Desigualdade_desenvolvimento_socioeconomico_e_crime/links/54d8cf9d0cf24647581c2698/Introducao-Desigualdade-desenvolvimento-socioeconomico-e-crime.pdf acessado em 5 de Março de 2019.

Ribeiro, E., & Cano, I. (2016). **Vitimização letal e desigualdade no Brasil. Evidências em nível municipal.** *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, 16(2). Disponível em: <https://www.redalyc.org/html/742/74247126006/> acessado em 4 de Março de 2019.

Stiglitz, J. E., & Weiss, A. (1981). **Credit rationing in markets with imperfect information.** *The American economic review*, 71(3), 393-410. Disponível em: https://www.jstor.org/stable/pdf/1802787.pdf?acceptTC=true&seq=1#page_scan_tab_contents acesso em 14 de Fevereiro de 2019.

Tomazzia, E. C., de Jesus, C. S., & de Oliveira Gonçalves, F. (2013). **Dimensões do mercado de crédito e crescimento econômico municipal no Brasil.** *Revista Nexos Econômicos*, 7(2), 71-98. Disponível em: <https://rigs.ufba.br/index.php/revnexeco/article/view/9232> acessado em 30 de Fevereiro de 2019.

Vasconcelos Gallon, A., Cruz de Souza, F., Rover, S., & van Bellen, H. M. (2008). **Um estudo longitudinal da produção científica em administração direcionada à temática ambiental.** *Revista Alcance*, 15(1). Disponível em: <http://www.redalyc.org/pdf/4777/477748627006.pdf> acessado em 30 de Fevereiro de 2019.